

Mesmo com incertezas, desemprego deve ter alta apenas gradual em 2025

Analistas esperam que o cenário para mercado de trabalho seja relativamente estável, apesar de aumento do juro, dólar e inflação

Por Lucianne Carneiro, Marcelo Osakabe e Alessandra Saraiva — Do Rio e de São Paulo

06/01/2025 05h01 - Atualizado há 9 horas

Será que a perda de fôlego do mercado de trabalho esperada há três anos por economistas vai enfim chegar em 2025? Esta é a primeira pergunta que vem à mente ao se avaliar o cenário para o ano. Em novembro de 2024, o desemprego chegou ao menor nível da série histórica, e o mercado começa a dar sinais incipientes de desaquecimento.

Ainda assim, economistas esperam que o cenário para o emprego seja relativamente estável em 2025. Essa perspectiva se dá mesmo diante da escalada dos juros, inflação e dólar e também da presença menor do chamado impulso fiscal - aumento de gastos públicos em intensidade que estimula a atividade econômica. Uma alta da desocupação deve ocorrer de forma apenas gradual e somente após o primeiro trimestre. Em boa medida, o trabalho acompanha o desempenho mais amplo da economia, que também deve esfriar após quatro anos de expansão na casa de 3% ou mais. A última mediana da pesquisa Focus, elaborada pelo Banco Central, aponta alta de 2,01% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025.

“O cenário-base é de desaceleração da alta do PIB, que levaria o emprego também a desacelerar. Mas o mercado está tão aquecido que podemos ter nova surpresa positiva”, afirma o economista da LCA Consultores Bruno Imaizumi.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o trimestre encerrado em novembro apontaram continuidade do aumento da ocupação e da redução do desemprego. O número de pessoas ocupadas cresceu 1,4%, ante o trimestre imediatamente anterior, para 103,9 milhões. É mais uma vez recorde da série histórica, iniciada em 2012.

“

Informalidade é característica do mercado de trabalho brasileiro que não se altera”

— Diana Gonzaga

O número de desempregados caiu 7% na mesma base de comparação, para 6,8 milhões de pessoas, o menor contingente de desocupados desde o fim de 2014. A taxa de desemprego recuou para 6,1% e estabeleceu um novo piso para o indicador. A renda, por sua vez, cresceu 0,7%, ante trimestre anterior, e foi de R\$ 3.285, no trimestre finalizado em novembro.

Os números corroboram o que o economista sênior e sócio da Tendências Lucas Assis chama de “sinais de robustez significativa”. “A massa salarial aumentou impulsionado por renda média e recordes da população ocupada. É resultado de processo cumulativo ao longo de 2024.”

A consultoria espera que a taxa de desemprego feche 2024 em 6,2% e volte gradualmente para 6,4% no quarto trimestre de 2025. “O cenário apresenta desafios importantes para 2025, mas devemos ver a taxa permanecer em nível baixo”, continua Assis. O economista acredita que a reversão deve começar a aparecer inicialmente nos dados sem ajuste sazonal e somente a partir de maio. Isso porque, no primeiro trimestre, é esperada reaceleração da economia graças ao impulso da safra.

É um cenário semelhante ao da XP, que estima o desemprego no fim de 2024 em 6,3% (métrica mensalizada e dessazonalizada) e em 6,8% no fim de 2025. “Vale notar que nossas projeções do Caged estimam geração líquida de 1,05 milhão de vagas formais em 2025. Isso significa 90 mil postos criados por mês”, diz o economista Rodolfo Margato. “É uma desaceleração ante a média de 145 mil em 2024, mas continua um saldo positivo, que ocorre mesmo com desaceleração importante da economia.”

Foram três anos seguidos (2022, 2023 e 2024) em que as expectativas de menor ritmo do emprego foram frustradas. A transição lenta prevista para o mercado de trabalho em 2025 ocorre pelo próprio fato de que a economia deve perder ritmo apenas de forma gradual, lembram os economistas, mas também pode ter raízes em outros fatores.

Entre eles, Assis cita o efeito de novas tecnologias de intermediação e criação de vagas (como trabalho por aplicativo e trabalho remoto), a dinâmica da renda - que continua em alta e alimenta a roda do consumo e emprego - e também possíveis efeitos positivos da reforma trabalhista.

Alexandre Teixeira, economista da MCM, aponta para outro indício de que a reversão da tendência de emprego pode não estar tão próxima. Com base em trabalho do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de Kansas, o economista reuniu 12 dados de emprego em dois índices: nível de atividade e taxa de mudança (ou “momentum”). Ambos os indicadores apontam a posição de determinado ponto em relação à média histórica, representada pelo nível neutro (zero). Nos dois casos estão acima desse nível neutro.

O índice de atividade marcou 1,49 ponto em novembro, o maior patamar da série histórica. Já o “momentum” atingiu um pico em meados de 2021, quando o país começou a deixar a quarentena após o início das vacinas. Desde então, tem mostrado leve tendência de queda, embora ainda em patamar elevado.

“O indicador de ‘momentum’ tem apontado para baixo há algum tempo. Isso reflete alguns sinais isolados de desaquecimento que começam a aparecer nas aberturas. No Caged, por exemplo, o saldo de contratações com carteira assinada teve grande desaceleração recente”, conta Teixeira. “Também é possível notar, na Pnad, outros sinais de desaceleração, como o crescimento maior de ocupados entre informais que entre formais. O comportamento do salário de admissão tem moderado e dos desligamentos a pedido do próprio trabalhador também.”

São sinais de arrefecimento, mas ainda distantes de apontar um início de alta do desemprego, ressalta o economista. “Esses indicadores só apontam reversão quando ambos começarem a se aproximar de zero”, diz.

A renda também foi destaque em 2024. O rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos subiu a R\$ 3.285, abaixo apenas do pico do auge da pandemia. O movimento foi provocado por um efeito composição: o indicador contabiliza apenas a renda dos ocupados.

“Havia expectativa de que o governo segurasse as transferências de renda em 2024 após a forte expansão do Bolsa Família em 2022 e 2023. Isso não ocorreu - as transferências acabaram ocorrendo por outros benefícios, como o BPC -, de modo que o impulso fiscal acabou sendo maior que o antecipado”, afirma Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV). “Além disso, há efeitos que podem estar subestimados, como os da reformas trabalhista e da Previdência. [Essas mudanças] podem ter aumentado o potencial de crescimento do PIB.”

Sobre a alta da renda, Duque lembra que o Brasil também começa a colher os frutos da expansão da educação no país. “Existem estudos que mostram que a população de 25 e 39 anos, que é o grosso da força produtiva, é também a que mais se beneficiou da ampliação de escolas e universidades. Com avanço da escolaridade, crescem também a produtividade e a renda do trabalho”, diz.

Na visão da XP, o impulso fiscal foi outro fator relevante para o avanço da renda. Nos cálculos da corretora, a renda real disponível (indicador que inclui também transferências) deve ter crescido 7% em 2024. Apenas o efeito dos pagamentos de cerca de R\$ 90 bilhões em precatórios no início do ano respondeu por 2,2 pontos percentuais desse total. Em 2025, a expectativa é que a renda disponível às famílias cresça 2,8%, com contribuição menor do componente fiscal.

Professora de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Diana Gonzaga reconhece o bom momento do mercado de trabalho, mas alerta para a continuidade da presença forte da informalidade. Quase quatro a cada dez trabalhadores brasileiros estão no setor informal e uma a cada quatro pessoas ocupadas trabalha por conta própria.

“A informalidade é uma característica do mercado de trabalho brasileiro que não se altera. E se vê tendência de migração dos trabalhadores para o MEI [microempreendedor individual]”, nota.

Gonzaga se mostra cautelosa com o mercado de trabalho em 2025, em contexto de troca na Presidência dos Estados Unidos e ameaça de aumento de tarifas e guerra comercial, o que pode afetar decisões de investimentos.

“Para uma empresa investir, precisa de um cenário de estabilidade. Eu esperaria um comportamento mais conservador das empresas agora”, diz.